

WITTGENSTEIN E O ANTIPSICOLOGISMO: LEITURA CRÍTICA DO *TRACTATUS* *LOGICO-PHILOSOPHICUS*

TÁRIK DE ATHAYDE PRATA*

RESUMO

O artigo discute o antipsicologismo no assim chamado “primeiro” Wittgenstein, cuja principal obra foi o famoso *Tractatus Logico-philosophicus* (1921). Após uma caracterização histórica e conceitual do antipsicologismo (seção 2), é feita uma breve síntese da teoria lingüístico-ontológica do *Tractatus* e um exame do antipsicologismo centrado naquela obra (com o auxílio de algumas obras de apoio, como os *Diários* e uma carta de Wittgenstein) (seção 3). Ao final, conclui-se que, apesar de abrir margem para um certo subjetivismo filosófico no *Tractatus* (como indica a noção de “eu filosófico” ou “sujeito metafísico”), Wittgenstein pode ser considerado membro da tradição que impõe restrições à psicologia empírica frente às disciplinas normativas.

Palavras-chave: Filosofia analítica da linguagem; filosofia da psicologia; antipsicologismo.

WITTGENSTEIN AND THE ANTI-PSYCHOLOGISM: A CRITICAL APPROACH OF THE WORK “TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS”

ABSTRACT

The paper discusses the anti-psychologism of the “first” Wittgenstein, whose main work was the famous *Tractatus Logico-philosophicus* (1921). After a historical and conceptual explanation of anti-psychologism, this paper shows a synthesis of the ontological-linguistic theory of *Tractatus* and investigates anti-psychologism through some texts such as the *Notebooks* and a letter by Wittgenstein. It concludes that, despite creating the conditions of a philosophical subjectivism (which appears in the concept of “philosophical ego” and “metaphysical subject”), Wittgenstein’s thought can be situated among those whose tradition restricts empirical psychology as referred to normative disciplines.

Key-words: Analytical philosophy of language; philosophy of psychology; anti-psychologism.

* Graduado em Psicologia, mestre em Filosofia Contemporânea pela UFC e Professor Substituto do Departamento de Filosofia da UFC.

1 INTRODUÇÃO¹

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer o modo pelo qual o filósofo austríaco Ludwig WITTGENSTEIN (1889-1951), na primeira fase de sua obra, articulou o *antipsicologismo*. Tal esclarecimento é extremamente importante, na medida em que o *problema* visado pelo anti-psicologismo está entre os mais importantes da filosofia de um modo geral, além de que é um dos mais relevantes no que diz respeito às relações do saber psicológico com a filosofia (sendo esta um saber *normativo*). Em segundo lugar, o esclarecimento é pertinente porque essa é uma questão muito pouco trabalhada na obra de Wittgenstein, filósofo que se encontra entre os mais influentes do século XX.

O psicologismo pode ser caracterizado como a postura que pretende legitimar ciências normativas, como a lógica e a matemática, através da psicologia. "Normativo" é usado aqui no sentido oposto a "descritivo" ou "constatativo." Enquanto um saber descritivo trata apenas de fatos, apenas enuncia como é uma determinada porção da realidade (sendo, geralmente, um saber empírico), um saber normativo enuncia como deve ser, ou como tem que ser um dado campo da realidade, tratando, portanto, de normas, de legitimação. Fala-se de "dever ser" no caso de normas que podem ou não ser seguidas (como normas de comportamento social), e de "ter que ser" no caso de normas que tem validade necessária (como é o caso da matemática e da lógica, mesmo que essa "validade necessária" seja condicionada, relativa a sistemas lingüísticos determinados).

Sendo assim, o problema básico com que o antipsicologismo procura se defrontar é o seguinte: "qual a relação entre a ciência psicológica e as ciências normativas?" ou, mais precisamente, "que contribuição pode a psicologia oferecer para a solução dos problemas de validade?" Obviamente, a resposta que o antipsicologismo oferece à questão é negativa, na me-

da em que a psicologia é um saber empírico, descritivo, que trabalha com fatos, não com normas, de modo que suas (pretensas) contribuições normativas resultam em diversas formas de relativismo. Sendo assim, pode-se dizer que o antipsicologismo procura preservar os limites entre os saberes normativos e um determinado saber descritivo: a psicologia (o que não significa qualquer negação da importância do trabalho da psicologia dentro do território que lhe cabe). Na seção seguinte, será feita uma breve caracterização histórica e conceitual do antipsicologismo nas principais correntes da filosofia do século XX.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ANTI-PSICOLOGISMO

O antipsicologismo foi uma das características mais marcantes dos principais movimentos filosóficos do início do século XX. Tanto a tradição *fenomenológica*, fundada por Edmund HUSSERL (1859-1938), quanto a *filosofia analítica da linguagem*, iniciada por Gottlob FREGE (1848-1925), Bertrand RUSSELL (1872-1970) e Ludwig WITTGENSTEIN, tinham como uma de suas bandeiras principais. Na verdade, num sentido mais amplo, o antipsicologismo é debatido desde os primórdios da filosofia contemporânea, mas no final do século XIX ele adquiriu algumas características peculiares.

Como coloca HABERMAS (1990b), autores como G. W. Friedrich HEGEL (1770-1831) e Friedrich NIETZSCHE (1844-1900) já se insurgiram contra a noção de sujeito que dominou a filosofia moderna. Eles combatiam a chamada filosofia da *consciência* ou da *subjetividade*, que costuma ter sua origem atribuída ao grande matemático e filósofo francês René DESCARTES (1596-1650)², e teve como nome mais expressivo o filósofo alemão Immanuel KANT (1724-1804).³ Não é difícil entender por que pensadores que pretendiam efetuar

¹ Aproveito a oportunidade para agradecer ao Prof. Dr. Guido Imaguire, a Aline de Pinho Dias e Cícero Antônio Cavalcante Barroso, membros de um grupo informal de estudos em filosofia analítica, pela leitura dos originais deste artigo e por suas importantes observações e sugestões.

² Eis algumas referências ao tema: "A autoconsciência, a relação do sujeito cognoscente consigo mesmo, oferece, desde Descartes, a chave para a esfera interna, absolutamente consciente, das representações que temos dos objetos. No idealismo alemão, o pensamento metafísico assume a figura de teorias da subjetividade." Cf. HABERMAS, Jürgen (1990a, p.41). "Descartes inaugura, de facto, uma filosofia de tipo inteiramente novo. Esta, ao modificar todo o seu estilo, empreende uma viragem radical do objetivismo ingênuo para um *subjectivismo transcendental*." Cf. HUSSERL, Edmund (1992a, p.11).

³ Como coloca OLIVEIRA (1973): "O pensamento moderno veio pela primeira vez a um autodesdobramento [*Selbstentfaltung*] consciente na filosofia de Kant." (p.88)

uma ruptura com a filosofia moderna tiveram na crítica à subjetividade um de seus grandes temas. Porém, esse tipo de antipsicologismo, por ser parte de uma reação à moderna filosofia da subjetividade, significava uma recusa às diversas noções de sujeito (cartesiana, kantiana, fichtiana etc.) que eram trabalhadas num âmbito *filosófico*.

O antipsicologismo que é aqui enfocado, surgido no fim do século XIX, não tinha como alvo *imediato* os conceitos filosóficos de sujeito. Esse antipsicologismo que se considera aqui, surgiu com a preocupação de *fundamentação* da matemática, e endereçava claras restrições à *psicologia empírica*, enquanto essa ciência pretendia oferecer fundamentação à lógica. Seu pioneiro foi o já mencionado Frege, matemático e filósofo alemão.

O grande projeto da vida de Frege era o de fornecer fundamento à matemática que, no seu modo de entender, estava assentada em alicerces precários. Para concretizar esse projeto, ele pretendia demonstrar a matemática o mais rigorosamente possível, o que o levou a operar uma *redução* da matemática à *lógica*, disciplina que, pelo seu caráter *normativo*, seria capaz de fornecer à matemática a devida exatidão. Essa estratégia já estava presente nos *Fundamentos da aritmética*, de 1884. Como escreve Frege (1980) na conclusão do livro: “a aritmética seria portanto apenas uma lógica mais desenvolvida, cada proposição da aritmética uma lei lógica, embora derivada. As aplicações da aritmética à explicação da natureza seriam elaborações lógicas dos fatos observados...” (p.267). Sendo assim, uma das principais tarefas de Frege teria de ser a distinção entre a lógica (à qual a matemática deveria ser reduzida) e a *psicologia*, ciência empírica que jamais seria capaz de fundamentar a matemática com o devido rigor, e através da qual, naquela época, se pretendia legitimar a lógica. Na introdução aos *Fundamentos*, Frege enuncia os três princípios que o nortearam no livro, e o primeiro é justamente: “deve-se separar precisamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo” (FREGE, 1980, p. 204).

A fronteira entre matemática e psicologia é algo muito nítido do ponto de vista dos matemáticos, o que, inclusive, provocava na época de Frege uma aversão dos matemáticos pela lógica e pela filosofia, tidas como

disciplinas contaminadas pelo psicologismo. Assim, pode-se perceber por que a delimitação entre lógica e psicologia era tão importante para os objetivos de Frege: se elas não fossem claramente diferenciadas, a redução da matemática à lógica seria absurda, teoricamente insustentável, pois a psicologia jamais seria capaz de oferecer o tipo de exatidão que se encontra na matemática. Por isso, na teoria de Frege, a redução da matemática à lógica está intrinsecamente ligada à recusa da psicologia como meio de fundamentação, como sugere a seguinte passagem: “Tanto mais deve, pois, a matemática recusar qualquer subsídio por parte da psicologia, tanto menos pode renegar sua conexão íntima com a lógica. Na verdade, partilho da opinião daqueles que consideram impraticável uma separação precisa entre ambas” (p. 203).

É importante ter em mente que o “antipsicologismo” de Frege não significa uma rejeição da psicologia enquanto disciplina específica dotada de um território próprio, mas sim uma rejeição de sua pretensa contribuição para a fundamentação da matemática. Como o próprio Frege (1980) escreveu:

Na verdade, pode ser útil examinar as representações, e a alternância das representações, que aparecem no pensamento matemático; mas que a psicologia não imagine poder contribuir em algo para a fundamentação da aritmética. Ao matemático enquanto tal são irrelevantes estas imagens internas, sua gênese e modificações. (p. 201/202).

Apesar de não enunciar explicitamente na introdução aos *Fundamentos*, Frege tinha claro que a psicologia, enquanto uma ciência que *descreve* fatos, jamais seria capaz de legitimar a lógica (cuja normatividade poderia dar à matemática um fundamento sólido). Se a lógica fosse redutível a uma ciência empírica como a psicologia, a validade das leis lógicas seria dependente de algo *contingente* (como as condições específicas do cérebro humano, ou o estado evolutivo de nossa espécie), portanto, não seriam *necessárias*, o que inviabilizaria a segurança do conhecimento:

O método histórico de reflexão, que procura detectar a gênese das coisas e a partir da gênese reconhecer sua natureza, tem

certamente muitos direitos; mas tem também seus limites. Se no fluxo constante de todas coisas nada se mantivesse firme e eterno, o conhecimento do mundo deixaria de ser possível e tudo mergulharia em confusão. Imagina-se, pelo que parece, que os conceitos nascem na alma individual como as folhas nas árvores, e pretende-se ser possível conhecer sua essência por meio da investigação de sua gênese, que se procura explicar psicologicamente a partir da natureza da alma humana. Mas esta concepção lança tudo no subjetivo e, levada às últimas conseqüências, suprime a verdade. (FREGE, 1980 p. 202).

No caso de Husserl, a adesão ao antipsicologismo ocorreu por influência de Frege, que criticara a obra de Husserl até então por incorrer no psicologismo (a redução da matemática e da lógica à psicologia). Segundo afirma PIAGET (1967, p.39):

Il convient, d'autre part, de signaler qu'en sa Philosophie der Arithmetik (1891) ainsi qu'en un article de 1894 (Psychologische Studien zur elementaren Logik), Husserl utilise la psychologie sans caindre le psychologisme. Par contre, en 1894 le fondateur du logiscisme contemporain, G. Frege, publie une critique de l'ouvrage de Husserl et en dénonce le psychologisme. C'est de là que date la conversion de Husserl à l'anti-psychologisme et son effort pour dépasser le donné expérimental dans la direction des essences et pour constituer une psychologie 'intentionnelle' apte à ce dépassement.

As *Investigações lógicas* de Husserl, texto inaugural da fenomenologia husserliana, já foram escritas nessa nova orientação e tinham como uma meta importante a refutação do psicologismo. Porém, desde aquela época, isso não foi bem compreendido, o que levou Husserl (1992b), numa reedição desse livro, a escrever:

A pouca profundidade com que ela foi lida se revela na objeção freqüentemente ouvida, embora para mim grotesca, segundo a qual, depois de ter recusado energicamente o psicologismo no primeiro volume dessa obra, teria eu recaído nele no segundo volume. (p.4/5).

Apesar de ter recebido a influência de Frege, se dedicado ao estudo da lógica e abraçado ardorosamente o antipsicologismo, Husserl não passou a fazer parte da filosofia analítica da linguagem. Entre a publicação das *Investigações lógicas*, em 1900 e 1901, e das *Idéias para uma fenomenologia pura*, em 1913, o filósofo enveredou pelo *idealismo transcendental* (máxima expressão da moderna filosofia da subjetividade) e acabou fundando a outra corrente de maior destaque na filosofia contemporânea: a *fenomenologia*. Mesmo assim, com sua adesão a uma filosofia de cunho abertamente subjetivista⁴, Husserl continuou defendendo o antipsicologismo. Em *A filosofia como ciência de rigor*, famoso artigo de 1911, escreveu Husserl (1965) (num tom que lembra claramente os textos de Frege):

Se considerarmos a lógica formal como o índice exemplar de toda a idealidade, o Naturalismo, como se sabe, interpreta os princípios lógico-formais, as chamadas leis do pensamento, no sentido de leis naturais do pensamento. Noutra lugar se provou por extenso que isto implica um contra-senso daquele gênero que caracteriza todas as teorias cépticas num sentido expressivo. (p.10).

No célebre artigo *O pensamento*, publicado em 1918-19, Frege escreveu:

... se fala de leis do pensamento. Mas com isso está o perigo de se misturar coisas diferentes. Entende-se talvez a expressão 'lei do pensamento' como se fosse 'lei da natureza', visando-se com isso

⁴ De acordo com o próprio HUSSERL (1992a): "Com efeito, nenhum filósofo do passado teve uma influência tão decisiva sobre o sentido da fenomenologia como o maior pensador de França, Renè Descartes. É a ele que ela deve venerar como seu verdadeiro patriarca." (p.9); "Realizamos aqui e agora, no pleno seguimento de Descartes, a grande viragem que, feita correctamente, leva à *subjetividade transcendental*, a viragem para o *ego* como o *solo* apodicticamente certo e último do juízo, sobre o qual há que se fundar toda a filosofia radical." (p.14)

traços gerais do pensar como ocorrência espiritual [seelischen T. A. P.]. Uma lei do pensamento nesse sentido seria uma lei psicológica. E assim pode-se chegar à opinião de que a lógica trata do processo espiritual do pensar e das leis psicológicas segundo as quais este ocorre. Mas com isso seria mal conhecida a tarefa da lógica, pois a noção de verdade não obteria o lugar que lhe é devido. (FREGE, 1993, p. 30).

Na introdução ao segundo volume das Investigações, pode-se ler um esclarecimento a respeito da diferença entre a fenomenologia e a psicologia empírica: “a fenomenologia não fala de modo algum em estados dos seres animais (nem mesmo dos estados dos seres de uma natureza possível qualquer)” (Husserl, 1992b, p. 5, nota 5), ou seja, ela não trata de nada empírico, nada que seja objeto da psicologia enquanto especialidade científica. Seu nível de investigação é outro: “ela fala de percepções, juízos, sentimentos, etc. como tais, daquilo que lhes convém a priori, numa generalidade incondicional, justamente enquanto singularidades puras de espécies puras” (ibid. p.5, nota 5). Sendo assim, pode-se perceber o quanto essa subjetividade transcendental estaria distante do sujeito empírico.

Porém, assim como em Frege, o antipsicologismo de Husserl não negava a psicologia enquanto tal. Na introdução das *Idéias*, ele esclarece que sua crítica do método psicológico “no negava em absoluto el valor de la psicología moderna, ní desdeñaba en absoluto el trabajo experimental llevado a cabo por tantos hombres importantes” (HUSSERL, 1962, p. 8). Essa crítica, na verdade, objetivaria o progresso da psicologia (assim como das demais ciências), fornecendo a ela a (pretensamente) inabalável fundamentação fenomenológica. Como escreve o filósofo na introdução ao segundo volume das *Investigações lógicas* (HUSSERL apud STEIN, 1973):

A fenomenologia pura representa um domínio de pesquisas neutras, no qual as diferentes ciências têm suas raízes. De um lado, ela é útil à psicologia enquanto ciência empírica. Pelo seu método puro e intuitivo ela analisa e descreve a generalidade de sua essência, (...), as vivências da representação, do juízo, do conhecimento, que a psicologia submete à sua investigação de ciência empírica... (p. 34).

Como se pode deduzir dessa passagem, o que Husserl pretendia com sua rejeição ao psicologismo não era eliminar a ciência psicológica, mas sim garantir a pureza do terreno próprio à filosofia fenomenológica. Se a psicologia, como qualquer ciência empírica, é uma ciência de fatos, “En contraste con esto, aquí se fundará la fenomenología pura o transcendental no como una ciencia de hechos, sino como una ciencia de esencias (como una ciencia ‘eidética’)” (HUSSERL, 1962, p.10, grifado no original).

3 O ANTIPSICOLOGISMO NO PRIMEIRO WITTGENSTEIN

Como foi exposto acima, tanto Frege quanto Husserl, pensadores que estão na origem dos dois principais movimentos filosóficos de nosso tempo, defendiam o antipsicologismo. Se Frege pretendia rechaçá-lo por meio da *objetividade* da lógica, Husserl preferiu recorrer à *subjetividade transcendental* (a subjetividade enquanto *constituidora* da própria objetividade), que seria muito mais fundamental que a subjetividade empírica (trabalhada pela psicologia). No caso de Wittgenstein, a avaliação de sua relação com o antipsicologismo envolve algumas dificuldades, pois suas referências ao problema são raras e pouco aprofundadas. Na verdade, em todo o *Tractatus Logico-philosophicus*⁵ existem somente seis aforismos em que ele se refere explicitamente à psicologia, e que jamais detalham a posição do filósofo acerca dessa ciência. De todo modo, é possível, a

⁵ As referências do *Tractatus* serão feitas com a sigla TLP seguida do número do aforismo citado. Do mesmo modo, as referências aos *Diários* serão feitas com a sigla TB (de *Tagebücher*) seguida da data da anotação citada.

partir de algumas indicações, elaborar uma interpretação plausível sobre a articulação do anti-psicologismo em Wittgenstein.

É bem verdade que o *Tractatus* apresenta uma teoria filosófica, em grande parte, extremamente original. Porém, não se pode negar que o livro não surgiu *ex nihilo*, estando inserido em toda uma tradição de questionamento filosófico.⁶ Sendo assim, é impossível negar que Wittgenstein recebeu influências do intenso antipsicologismo presente no início do século XX, não apenas a partir do fundador da filosofia analítica na Alemanha, Frege, cujas obras ele conheceu e admirou, mas também a partir dos fundadores da filosofia analítica na Inglaterra, George E. MOORE (1873-1958) e Bertrand RUSSELL. O estreito contato de Wittgenstein com os dois grandes filósofos ingleses não deixa margem para dúvidas quanto ao seu contato com o anti-psicologismo britânico. Segundo IMAGUIRE (2001), Moore e Russell fundaram a filosofia analítica na Inglaterra de maneira independente de Frege (na forma de um *realismo proposicional*), em oposição ao idealismo de cunho hegeliano que dominava a filosofia inglesa, cujo grande expoente na época era BRADLEY (1846-1924), sendo que essa oposição envolvia a recusa do *monismo* e do *psicologismo* que esses autores enxergavam no idealismo britânico: “Essa dissolução do sujeito holístico e metafísico do idealismo (o espírito absoluto de Hegel, a *realidade* de Bradley) em favor de uma pluralidade de sujeitos (a tese do pluralismo) é um primeiro princípio do novo realismo... O segundo princípio, (...), consiste na recusa do psicologismo de Bradley.” (p. 18).

A primeira indicação em favor do anti-psicologismo de Wittgenstein é a própria teoria lingüístico-ontológica do *Tractatus*, segundo a qual o mundo é composto por fatos⁷ e a linguagem é uma representação destes últimos. Dizen-

do de modo mais específico, de acordo com essa teoria, a linguagem entra numa relação de *afiguração* (*Abbildung*) com os fatos, na medida em que os signos materiais (escritos e sonoros) da linguagem são usados como *figurações* (*Bilden*) desses fatos. O termo “*Bild*”, que é classicamente traduzido (no tocante ao *Tractatus*) como “figuração”, é usado comumente em alemão como “retrato”, “quadro” ou “gravura”, podendo também ser traduzido como “figura” ou “imagem.” A teoria da figuração (ou teoria pictórica) afirma que a linguagem representa os fatos do mundo por partilhar uma certa semelhança com eles (assim como um retrato partilha uma certa semelhança com aquilo que ele retrata). Essa semelhança, obviamente, não é uma semelhança física, mas é o compartilhamento daquilo que Wittgenstein chama “*forma lógica*”. Do mesmo modo que um mapa é uma figuração espacial de uma certa região, que os sons de uma música são uma figuração sonora de uma certa idéia musical (da qual uma partitura é uma figuração gráfica), a proposição é uma figuração *lógica* dos fatos que ela descreve. Deve-se observar que, na verdade, todos os tipos de figuração são, no fundo, *lógicos*. Como escreve Wittgenstein: “toda figuração *também* é lógica. (No entanto nem toda figuração é, por exemplo, espacial.)” (TLP 2.182). Em outras palavras, seu caráter *lógico* é aquilo que caracteriza essencialmente uma figuração.

Dito isso, não é difícil perceber por que a teoria lingüístico-ontológica do *Tractatus* é incompatível com o psicologismo, pois, apesar de que, na linguagem, os homens *utilizam* certos fatos (os signos materiais, sonoros e gráficos) como *figurações* dos outros fatos (os fatos do mundo), tanto um como o outro domínio, tanto o terreno das proposições (tema da teoria da linguagem) quanto o terreno dos fatos (tema da

⁶ Para um panorama do contexto de problemas que suscitou a redação do *Tractatus* cf. GIANNOTTI, José Arthur (1968) e SANTOS, Luis Henrique Lopes dos (1993).

⁷ “O mundo é tudo o que é o caso.” (TLP 1). “O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.” (TLP 1.1). Em *A filosofia do atomismo lógico*, texto nitidamente influenciado pelas idéias de Wittgenstein anteriores ao *Tractatus*, Bertrand Russell, sem pretender oferecer uma definição exata, declara entender por *fato* “a espécie de coisa que torna verdadeira ou falsa uma proposição” (RUSSELL, 1978, p.57) e exemplifica: “Se digo ‘está chovendo’, o que digo é verdadeiro numa certa condição do tempo e é falso em outras condições do tempo. A condição do tempo que torna verdadeiro (ou falso, dependendo de qual possa ser o caso) meu enunciado, é o que chamarei de um fato.” (Ibid., p.57). Pode-se perceber, assim, que o termo “proposição” se refere àquilo que pode ser também chamado “declaração” ou “sentença declarativa”, que *afirma* (ou *nega*) algo acerca de um ente e, assim, enuncia um fato.

ontologia), são estruturados por uma forma interna comum a ambos: a *forma lógica*. Essa estrutura é pensada por Wittgenstein como absolutamente auto-suficiente. Ainda que os homens tenham algumas opções no que diz respeito, por exemplo, às notações lógicas que podem utilizar (assim como no caso das linguagens naturais, que variam imensamente nas diferentes regiões da terra), a estrutura básica, em si mesma, é independente de qualquer condicionamento, como, por exemplo, das condições psicológicas da fala e da escrita humanas. Essa independência fica explícita na célebre frase que Wittgenstein escreveu logo no início dos seus *Diários* (que aparece também em TLP 5.473): “*Die Logik muß für sich selber sorgen*” (TB 22.08.1914), “a lógica *tem* que cuidar de si própria” (grifo meu). Algumas semanas depois, ele escreveu uma formulação ainda mais radical: “*Die Logik sorgt für sich selbst; wir müssen ihr nur zusehen, wie sie es macht.*” (TB 13.10.1914), “a lógica *cuida* de si própria, nós temos apenas que olhar como ela faz isso.” (grifo meu). Isso deixa claro o quanto a lógica, de acordo com o *Tractatus*, é uma estrutura independente.

Discorrendo sobre a lógica, o filósofo escreveu: “A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo. A lógica é transcendental.” (TLP: 6.13). Considerando que “verdade”, na concepção tradicional (que está presente no *Tractatus*), é a correspondência entre proposições e fatos (TLP 2.223), considerando que o sentido de uma proposição é sua aptidão à verdade ou à falsidade (TLP 2.221 e 2.222), e considerando que uma teoria pode ser verdadeira ou falsa, confirmada ou refutada pelos fatos, *pode-se concluir por que a lógica não é teoria. A lógica não representa fatos, ela é a condição para que fatos possam ser representados. As proposições da lógica, tautologias como “Sócrates é Sócrates” ou “chove ou não chove amanhã”, são necessariamente verdadeiras, o que faz delas proposições sem sentido (Sinnlos, que é diferente de “absurdo”, Unsinn), pois elas não representam nada (embora apresentem propriedades lógicas essenciais ao mundo). Perante tal independência em relação aos fatos, pode-se perceber o quanto as condições empíricas do pensamento, estudadas pela psicologia, seriam irrelevantes para a*

lógica, o que inviabiliza qualquer contribuição da psicologia para a fundamentação da lógica e da matemática.

Passando para as referências de Wittgenstein à psicologia, pode-se perceber que os aforismos que as contém ocorrem em passagens que tratam de alguns temas muito importantes: a) caracterização da filosofia (TLP 4.1121); b) atitudes proposicionais (TLP 5.541 e 5.5421); c) sujeito metafísico (TLP 5.641); d) o problema da indução (TLP 6.3631) e e) a vontade ética (TLP 6.423). Observando esses aforismos e as passagens em que eles estão, pode-se montar o seguinte panorama: Wittgenstein, implicitamente, demarca limites para a atuação da psicologia, tanto ao rechaçar suas (pretensas) contribuições para assuntos normativos quanto ao relegar determinados assuntos (empíricos) como objeto dessa ciência. Além de demarcar esses limites, o filósofo endereça uma crítica (na passagem sobre as atitudes proposicionais) à concepção de sujeito da psicologia. Por outro lado, Wittgenstein parece reconhecer um conceito *filosoficamente relevante* de subjetividade (na passagem sobre o sujeito metafísico), o que parece aproximá-lo, nesse ponto, dos grandes expoentes da moderna filosofia da subjetividade (como Descartes, Kant, Fichte e o contemporâneo Husserl).

No tocante à relação entre psicologia e filosofia, Wittgenstein é bem claro. Ele caracteriza a filosofia como uma disciplina *crítica* afirmando que ela não tem um terreno particular de estudo, mas que tem como objetivo “o esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP 4.112): “A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’ mas é tornar as proposições claras.” (TLP 4.112) Nas *Notas sobre lógica*, Wittgenstein escreveu:

En philosophie, il n'y a pas de déductions; tout est purement descriptif.. La philosophie ne fournit pas d'images de la réalité, et ne peut ni confirmer ni réfuter des recherches scientifiques. Elle comprend la logique et la métaphysique, la première constituant son fondement... Se méfier de la grammaire est la première

condition requisite pour philosopher. La philosophie est la doctrine de la forme logique des propositions scientifiques (et non pas des seules propositions primitives) (WITTGENSTEIN, 1997, p. 169-70).

A filosofia não é uma ciência natural (Naturwissenschaft), “a palavra ‘filosofia’ tem que significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais” (TLP 4.111). Posto isso, o filósofo afirma: “a psicologia não é mais aparentada da filosofia do que qualquer outra ciência natural” (TLP 4.1121), o que é simples de entender, pois uma atividade de esclarecimento lógico das proposições das ciências (considerando a concepção de lógica do *Tractatus*) obviamente não pode ter nenhuma relação mais estreita com qualquer ciência particular, já que todas elas são seus objetos de esclarecimento.

No tocante às referências do final do livro, relativas ao problema da indução e à vontade ética, pode-se perceber que elas ocorrem no sentido de dissociar determinados temas da normatividade da lógica e caracterizá-los como sendo da alçada da psicologia. No caso do problema da indução, Wittgenstein toma partido pela negação de que esta última tenha um fundamento lógico. Ele diz que: “o processo de indução consiste em adotarmos a lei mais simples que se possa pôr em consonância com nossas experiências.” (TLP 6.363). mas conclui: “esse processo não tem, contudo, nenhum fundamento lógico, mas apenas psicológico. É claro que não há nenhuma razão para acreditar que realmente ocorrerá o caso mais simples.” (TLP 6.3631). Se o domínio da lógica é permeado de necessidade, pois nada poderia ser diferente do que é, o domínio dos fatos empíricos é contingente, donde se pode concluir que a indução é incapaz de prover certezas: “Que o sol se levantará amanhã, é uma hipótese; e isso quer dizer: não sabemos se ele se levantará.” (TLP 6.36311). “Não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais tenha que acontecer. Só há necessidade lógica.” (TLP 6.37). No caso da vontade ética, a referência de Wittgenstein é bem mais rápida. Ele apenas distingue dois níveis da vontade: enquanto portadora do ético e enquanto fenômeno, declarando: “Da vontade enquanto portadora do que é ético, não se pode falar. E a vontade enquanto fenômeno interessa apenas à psicologia.” (TLP 6.423).

Já as outras duas referências relativas às atitudes proposicionais e ao sujeito metafísico envolvem maiores dificuldades de interpretação, pois ocorrem no contexto de algumas das passagens mais obscuras do *Tractatus*. “Atitudes proposicionais” é o nome dado às proposições do tipo “A acredita que p”, “A diz que p”, “A pensa que p” etc.

Antes de prosseguir, deve-se observar a distinção, clássica na filosofia analítica, entre sentença e proposição. A “sentença” é um conjunto de signos materiais (escritos ou sonoros), enquanto a “proposição” é aquilo que é declarado na sentença, o seu conteúdo declarado. A distinção fica mais clara quando se observa que diferentes sentenças de uma mesma língua (como “Pedro ama Maria” e “Maria é amada por Pedro”) ou de línguas diferentes (como “snow is white” e “a neve é branca”) enunciam o mesmo conteúdo, a mesma proposição. A filosofia analítica anterior a Wittgenstein (Frege, Moore e, num primeiro momento, Russell) considerava que as proposições habitam uma esfera platônica, nem física nem mental (que Frege chamava “dritter Reich” – “terceiro reino”). Wittgenstein assumiu uma posição diferente (influenciado por uma nova teoria de Russell – a teoria das descrições). Para ele, não há um terceiro reino, apenas a sentença coordenada logicamente aos fatos. Nas palavras de Wittgenstein: “a proposição [Satz] é o signo proposicional [Satzzeichen – ou seja, a sentença] em sua relação projetiva com o mundo.” (TLP 3.12, grifo meu).

Proposições do tipo “A diz que p” eram um grande problema para Wittgenstein porque parecem ser uma exceção à regra que diz que toda proposição é função de verdade de proposições elementares. Numa sentença como “o rei da França é careca”, não é difícil perceber que sua verdade depende das proposições componentes: a) “existe a França”; b) “a França tem um rei” e c) “esse rei é careca”. Tanto é assim que é a falsidade da sentença b) que faz com que a sentença inicial seja falsa. É importante observar que, na concepção de Wittgenstein, essas três sentenças componentes não seriam propriamente elementares (simples, indivisíveis, não analisáveis). Elas também poderiam ser analisadas em muitos outros níveis de sentenças componentes, até que se chegasse a sentenças elementares, compostas por nomes simples. Esses nomes representariam, por

simples substituição, os objetos simples do *Tractatus*, os componentes mínimos dos fatos, a substância fixa do mundo. Já no caso de uma sentença como “A acredita que p”, a sua verdade não parece depender da verdade da proposição componente “p”, pois A pode acreditar nela, mesmo que não seja verdadeira. Tomando como exemplo “Pedro acredita que Laura não o traiu”, fica claro que a verdade dessa frase não depende da verdade de “Laura não traiu Pedro.” Do mesmo modo, a verdade de “A diz que p” não depende da verdade de “p”, pois A pode dizê-la mesmo que ela não seja verdadeira. Tomando como exemplo “o senador diz que não está envolvido no desvio de verbas”, fica claro que a verdade dessa frase não depende da verdade de “o senador não está envolvido no desvio de verbas.”

Ao tratar das atitudes proposicionais, tentando mostrar que elas não são uma exceção à regra das funções de verdade, Wittgenstein oferece uma solução muito estranha, e de muito difícil compreensão. Ele escreve que tais proposições não têm, na verdade, a forma aparente “A pensa que p”, “A diz que p” etc., mas sim a forma “p diz p”. Ele escreve também que “não se trata aqui de uma coordenação de um fato e um objeto, mas da coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos.” (TLP 5.542). Ao que parece, essa explicação aponta para a coordenação entre fatos psíquicos (os “pensamentos” no sentido do *Tractatus*) e os fatos do mundo (o que não parece explicar por que as atitudes proposicionais não seriam uma exceção à teoria verifuncional). Por que se afirma aqui que a explicação aponta para a coordenação entre pensamentos e fatos? Em famosa carta de Wittgenstein a Russell, de 19 de agosto de 1919 (apud PEREIRA, 1993), está escrito:

... Mas um Gedanke é um Tatsache: quais são seus constituintes e componentes, e que relação mantém com os componentes do Tatsache afigurado?’ [pergunta de Russell T. A. P.] Eu não sei quais são os constituintes de um pensamento mas sei que ele tem que ter tais componentes, os quais correspondem as palavras da Linguagem. Da mesma forma, o tipo de relação dos constituintes do pensamento e do fato afigurado é irrelevante. Seria uma tarefa da psicologia descobrir. (...) Um Gedanke é cons-

tituído de palavras?’ [pergunta de Russell T. A. P.] Não! Mas de constituintes psíquicos que mantém o mesmo tipo de relação com a realidade que as palavras. Quais são esses constituintes, eu não sei. (p.146)

Na citação feita por PEREIRA (op. cit.) da carta de Wittgenstein lê-se “constituintes físicos” onde se lê aqui “constituintes psíquicos”. Provavelmente isso é fruto de um lapso, pois em outras referências à mesma carta o termo usado é “psíquicos” e não “físicos.” Na tradução francesa dos *Diários* lê-se “constituants psychiques” (WITTGENSTEIN, 1997, p.234). Numa citação feita por KENNY (1989, p. 75) lê-se “psychischen Bestandteilen”, e na citação de SPANIOL (1989, p. 43) está escrito “componentes psíquicos”.

A primeira pergunta de Russell citada acima, que Wittgenstein reproduziu em sua carta, já indica que os dois concebiam o pensamento como um fato (um fato psíquico), cujos constituintes Wittgenstein admitia desconhecer. A resposta dada à segunda pergunta de Russell mostra que Wittgenstein considerava esses constituintes (o que quer que fossem eles) como algo análogo às palavras, o que faria do pensamento algo análogo ao signo proposicional (ou seja, o pensamento, assim como o signo proposicional, seria um fato que pode ser usado como figuração – Bild – de outros fatos). Sendo assim, “p diz p” poderia ser lido como: “o pensamento ‘p’ diz o fato de que p”, ou, mais especificamente: “o pensamento ‘a neve é branca’ diz o fato de que a neve é branca.” Evidentemente, essa interpretação entende a explicação de Wittgenstein para as atitudes proposicionais como implicando algo semelhante à distinção entre uso e menção, celebrizada na lógica contemporânea por Rudolf CARNAP (1891-1970) e Alfred TARSKI (1902-1983). Um nome ou sentença são usados quando se referem a algo do mundo, e são mencionados quando o que se tem em vista são os próprios signos lingüísticos (escritos ou sonoros).

O mais interessante naquela passagem do *Tractatus* para os propósitos do presente trabalho, é que o filósofo faz a interessante afirmação de que sua teoria sobre as atitudes proposicionais “mostra também que a alma – o sujeito etc. – tal como entendido na psicologia superficial de hoje em dia é uma quimera. Uma alma composta não seria mais uma alma” (TLP 5.5421), o que é uma crítica

ao que seria a concepção de sujeito da psicologia empírica. Se a respeito do “eu filosófico” Wittgenstein afirmara que ele “não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia...” (TLP 5.641), ao tratar das atitudes proposicionais ele afirma que essa concepção de eu, trabalhada pela psicologia, é errônea, pois “Uma alma composta não seria mais uma alma.” (TLP 5.5421). Se algo, para ser considerado sujeito, não poderia ser composto, e a explicação das atitudes proposicionais mostra que o objeto da psicologia é algo composto, só resta para o filósofo dizer (como está escrito na passagem sobre o sujeito metafísico) que “O sujeito que pensa, representa, não existe” (TLP 5.631), ou seja, que não existe um sujeito “tal como entendido na psicologia superficial de hoje em dia” (TLP 5.5421). Por que a explicação das atitudes proposicionais mostra que o sujeito é composto? Isso só pode significar que o sujeito de que trata a psicologia empírica, na compreensão de Wittgenstein, é apenas um aglomerado de “pensamentos”, de fatos psíquicos que afiguram fatos da realidade, aglomerado ao qual falta a simplicidade que tradicionalmente se requer do sujeito ou alma.

Por fim, a noção de sujeito metafísico traz outros importantes elementos para se entender a postura de Wittgenstein frente à psicologia, ao mesmo tempo em que levanta evidências de que, surpreendentemente, ele tinha algo em comum com os grandes expoentes da filosofia da subjetividade. Na verdade, a noção de sujeito metafísico traz sérios problemas para a interpretação do *Tractatus*, pois ao mesmo tempo em que, nesse livro, a linguagem é pensada como sendo lastreada por uma estrutura objetiva, independente de tudo o mais (a lógica), que é espelhada pela estrutura ontológica da própria realidade (o que parece incompatível com o subjetivismo), encontram-se afirmações explícitas de alguma espécie de subjetivismo:

... o solipsismo é uma verdade. O que o solipsismo quer significar é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode dizer, mas que se mostra. Que o mundo seja meu mundo, é o que se mostra nisso: que os limites da linguagem (a linguagem que só eu entendo) significam os limites de meu mundo. (TLP 5.62); “O mundo e a vida são um só.” (TLP 5.621); “Eu sou meu mundo. (O microcosmos)” (TLP 5.63).

A passagem entre parênteses do aforismo 5.62 traduzida por Luis Henrique Lopes dos Santos como “a linguagem que, só ela, eu entendo)”, o que sugere que apenas a linguagem é entendida. Porém, no original alemão lê-se “(*der Sprache, die allein ich verstehe*)”, que seria melhor traduzida como está na citação acima, o que sugere que só eu entendo a linguagem, constituindo justamente o solipsismo. Na tradução de Giannotti lê-se: “(da linguagem que somente eu compreendo)”.

Uma afirmação ainda mais explícita pode ser encontrada nos *Diários*: “o sujeito não é uma parte do mundo, mas sim um pressuposto de sua existência” (TB 02.08.1916). No presente trabalho não se pretende resolver essa enorme dificuldade. Para os objetivos aqui assumidos, basta enfatizar que o sujeito metafísico não se confunde com o tema da psicologia, como deixa claro o último aforismo de número 5:

há realmente um sentido em que se pode, na filosofia, falar não psicologicamente do eu. O eu entra na filosofia pela via de que ‘o mundo é meu mundo’. O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo. (TLP 5.641, grifo meu).

O aforismo 5.641 sugere duas diferentes noções de “Eu”, privilegiando uma em detrimento da outra: o “eu filosófico” não é objeto da psicologia, mas sim “o limite do mundo”. É fácil lembrar neste momento da distinção kantiana entre “eu empírico”, cada sujeito concreto factualmente existente, e “eu transcendental”, a unidade sintética que, segundo Kant, articula as estruturas *a priori* que são condição de possibilidade para todo conhecimento. Ao que parece, Wittgenstein também está distinguindo entre algo “de que trata a psicologia” (que não pode ser propriamente chamado de “sujeito”), e um sujeito filosófico, *transcendental* não apenas por ser “condição *a priori* de possibilidade” do mundo, mas também por estar *além do mundo*. Kant reserva o termo “transcendental” para designar aquilo que é condição *a priori* de possibilidade *do conhecimento*. Aquilo que está “para além de toda experiência possível” (como Deus ou a liberdade da ação humana), ele chama de

“transcendente”. No *Tractatus* “transcendental” parece incorporar esses dois sentidos, quando, por exemplo, Wittgenstein diz que a lógica e a ética são transcendentais. Interessante notar que, segundo a passagem citada dos *Diários*, Wittgenstein considera o sujeito uma condição *a priori* de possibilidade da existência do mundo, o que faria do sujeito algo transcendental num sentido ontológico, ainda mais forte do que o meramente epistêmico dado por Kant. Desse modo, fica sugerido que a subjetividade não é assunto para uma ciência de fatos, pois é algo que está para além da “totalidade dos fatos” (TLP 1.1).

4 CONCLUSÃO

O fato de Wittgenstein articular uma teoria lingüístico-ontológica radicalmente anti-psicologista e, ao mesmo tempo, assumir um conceito de “eu” filosoficamente relevante, levanta um enorme problema para a interpretação do *Tractatus*. Mas tratar desse problema não é o objetivo deste artigo. Aqui, basta reconhecer que, segundo o primeiro Wittgenstein, esse “sujeito metafísico” nada tem a ver com a psicologia, e que esta última é considerada por ele como incapaz de legitimar a lógica, a matemática e a filosofia. Isso é o suficiente para se concluir que Wittgenstein pode ser considerado parte da tradição antipsicologista da filosofia contemporânea, que endereça severas restrições a qualquer pretensão da psicologia em fornecer fundamento a disciplinas normativas.

Na verdade, essa ambigüidade não é algo privativo ao autor do *Tractatus*. Como foi visto na seção 2, Husserl, ao mesmo tempo que professava uma filosofia assumidamente subjetivista, defendia o antipsicologismo. Interessante notar que mesmo o maior expoente da filosofia da consciência em toda a história defendeu o antipsicologismo. Na introdução à *Lógica transcendental*, Immanuel KANT (1983) distingue entre lógica do uso particular (relativa a cada ciência específica) e lógica do uso geral (conjunto das regras necessárias do pensamento). Esta última pode ainda ser dividida em lógica geral pura e aplicada. Enquanto a lógica geral abstrai “de todas as condições empíricas sob as quais se exerce o nosso entendimento” (p.58), a lógica geral aplicada “está dirigida às regras do uso do entendimento sob as condições empíricas subjetivas que a Psicologia nos ensina”

(p.58). Ao fazer essa simples distinção, Kant assume uma posição antipsicologista no que diz respeito à lógica, pois deixa clara a opinião de que misturar lógica pura e psicologia seria uma confusão de domínios. “A tentativa de alguns modernos de a ampliarem [a lógica], interpolando capítulos seja psicológicos sobre as diversas capacidades de conhecimento..., seja metafísicos sobre a origem do conhecimento..., seja antropológicos sobre preconceitos..., provém da sua ignorância peculiar desta ciência. Confundir entre si os limites das ciências não constitui um aumento e sim uma desfiguração das mesmas.” (KANT, 1983, p. 9).

É importante atentar para o fato de que, assim como Frege e Husserl, Wittgenstein reconhece que a psicologia tem um domínio próprio, ainda que considerasse esse domínio irrelevante para as investigações de caráter normativo, como mostra a seguinte afirmação da carta a Bertrand Russell: “o tipo de relação dos constituintes do pensamento e do fato afigurado é irrelevante. Seria uma tarefa da psicologia descobrir.” (apud PEREIRA, 1993, p.146).

BIBLIOGRAFIA

- FREGE, Gottlob. Os fundamentos da aritmética. In: SANTOS, Luís Henrique dos. *Escritos coligidos*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- _____. Der Gedanke: eine logische Untersuchung. In: *Logische Untersuchungen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- GIANNOTTI, José Arthur. Introdução. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Nacional e Editora da USP, 1968.
- HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990a.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990b.
- HUSSERL, Edmund. *Ideas relativas a uma fenomenologia pura y una filosofia fenomenológica*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1962.
- _____. *A filosofia como ciência de rigor*. Coimbra: Ed. Atlântida, 1965.
- _____. *Conferências de Paris*. Lisboa: Edições 70, 1992a.

- _____. Prefácio. In: *Investigações lógicas*: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Nova Cultural, 1992b. (Os pensadores).
- IMAGUIRE, Guido. *Russells Frühphilosophie*: Propositionen, Realismus und die sprachontologische Wende. Hildesheim; Zurique; Nova Iorque: Olms, 2001.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KENNY, Anthony. *Wittgenstein*. 4. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- PEREIRA, Luiz Carlos Pinheiro Dias. Algumas considerações sobre o conceito de sujeito no Tractatus de Wittgenstein. In: *Analytica*: a questão do sujeito na filosofia. Rio de Janeiro, n.1, v.1, 1993.
- PIAGET, Jean (Org.). *Logique et connaissance scientifique*. Paris: Gallimard, 1967.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Subjektivität und Vermittlung*: Studien zur Entwicklung des transzendentalen Denkens bei I. Kant, E. Husserl und H. Wagner. Munique: Wilhelm Fink, 1973.
- RUSSELL, Bertrand. A filosofia do atomismo lógico. In: *Ensaio escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A essência da proposição e a essência do mundo (introdução). In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1994.
- SPANIOL, Werner. *Filosofia e método no segundo Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1989.
- STEIN, Ernildo. *A questão do método na filosofia*: um estudo do modelo heideggeriano. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Editora da USP, 1994.
- _____. *Tagebücher 1914-1916*. In: *Schriften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, v.1, 1989.
- _____. *Carnets 1914-1916*. Paris: Gallimard, 1997.